

O MOVIMENTO DE PROFESSORES NA CIDADE DE JUIZ DE FORA - 1934 E 1959¹

Virna Ligia Fernandes Braga

A tentativa de organizar a vida econômica e social do país, segundo os princípios do *laissez-faire* expandiu-se, teoricamente, da abolição do trabalho escravo em 1888, até 1931, quando Vargas anuncia a necessidade da intervenção do Estado na vida econômica, com o objetivo de estimular a industrialização e o crescimento da economia nacional. Se na Primeira República as demandas dos trabalhadores eram fortemente reprimidas pelo poder público, no pós-30 a elite irá alterar essa ordem, reorganizando a esfera de acumulação.²

Para manter o lema da “paz social”, o governo Vargas buscou criar leis de proteção aos trabalhadores urbanos, gerando uma estreita relação entre cidadania e ocupação, restringindo à categoria de cidadãos aqueles que ocupassem um lugar regulamentado por lei no processo produtivo. As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram a criação do Ministério do Trabalho, a Lei Sindical de 1931 e as primeiras leis trabalhistas (ainda aquelas adotadas no Estado Novo).³ As decisões políticas, sociais e econômicas, tomadas pelo Estado, fundamentaram-se em um projeto de cunho autoritário-corporativo procurando responder às principais demandas geradas pela crise da economia agro-exportadora e pela decadência do regime liberal-oligárquico.⁴

¹ Artigo elaborado para conclusão da disciplina “Cidadania, Trabalho e Política Social”, ministrada no segundo semestre de 2004 pela Profª. Drª. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e pelo Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado, no curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Linha de Pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”.

² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 71.

³ VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁴ ARAÚJO, Ângela (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo** Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra São Paulo, Boitempo Editorial, 2002. Tal projeto se fundamentava no pensamento de intelectuais autoritários como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ligando-se ainda ao ideário dos tenentes. Seu objetivo era a construção de um Estado nacional forte, intervencionista e corporativo, com o fortalecimento do Poder Executivo, reduzindo-se a autonomia das esferas estaduais e municipais, organizando as classes de forma corporativa, substituindo a representação político-parlamentar pela representação técnica, de caráter classista.

É a partir de 1930 que a classe trabalhadora irá adquirir cidadania, tornando-se um ator relevante na cena política, econômica e social do país. A “cidadania regulada” como demonstrou Wanderley Guilherme dos Santos⁵, era definida pelo Estado a partir da inserção do trabalhador no mundo da produção, gozando de direitos sancionados por lei. A extensão destes ocorrerá através da regulamentação de novas profissões/ocupações, e sua ampliação dos se dará associada a estas profissões e não “por uma expansão de valores inerentes ao conceito de membros da comunidade”.

O reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho previa o cumprimento de uma série de exigências. Deveriam ser enviadas, junto com o pedido de reconhecimento, a ata dos trabalhos de instalação das associações classistas, a relação dos sócios e a cópia dos estatutos, cabendo ao Ministério a decisão do reconhecimento. Depois de inseridos na estrutura corporativa, os sindicatos eram permanentemente vigiados por representantes do Ministério do Trabalho, que assistiam às assembléias e podiam investigar a contabilidade das entidades sindicais. Exercendo a função de policiamento, estes agentes estatais eram obrigados a enviar relatórios anuais prestando conta de suas atividades.

A sindicalização foi inicialmente facultativa, e, posteriormente, criaram-se leis para estimulá-la através de privilégios concedidos somente aos trabalhadores sindicalizados. Só estes poderiam recorrer às Juntas de Conciliação e Julgamento – Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, e ao gozo de férias – Decreto nº 23.768, de 1934.⁶

É exatamente neste contexto de criação de um espaço ideológico, onde a interferência do Estado voltava-se para a promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro, que é fundado, em 1934, o Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora. Este trabalho pretende realizar um estudo de caso sobre a formação da entidade, analisando o processo de constituição do movimento dos professores na cidade, desde sua fundação até o primeiro movimento grevista, em 1959.

1934 – ASSOCIATIVISMO E LEGALIDADE: O SINDICALISMO OFICIAL

Fundado por Benjamin Colucci, com a presença de 38 professores, que representavam a terça parte do professorado da cidade, sendo a primeira associação de professores do estado de Minas Gerais, o sindicato apresentou inicialmente uma forte base legalista e cristã.

⁵ SANTOS, op. cit. p. 75.

⁶ VIANNA, op. cit. p. 146.

Assentada em uma postura conservadora, a associação era extremamente aversiva ao envolvimento das atividades sindicais à movimentação política.

A leitura dos Livros de Atas, e as entrevistas, realizadas com professores sindicalizados nas décadas de 40 e 50, revelam o perfil conservador: eram católicos em sua maioria, seguindo à risca os limites legais; sua atuação define a ausência de um discurso de cunho político-partidário como base para o surgimento da associação.⁷

O fato de Colucci, advogado e professor, ter sido um dos fundadores, pode ter reforçado a característica legalista do sindicato, e a conjuntura nacional certamente contribuiu para um distanciamento das discussões políticas. O ano de 1934 foi marcado por intensas mobilizações operárias, que tiveram eco em algumas áreas de classe média. Greves aconteceram em importantes cidades do país, paralisando setores de transportes, comunicações e bancos.

Acirrou-se a luta contra o fascismo, culminando em um embate violento entre antifascistas e integralistas na cidade de São Paulo, em outubro de 1934. No início de 1935, o Governo propõe ao Congresso uma Lei de Segurança Nacional (LSN). Sindicatos e jornais se manifestaram contra a proposta, um grupo de oficiais do Exército e da Marinha reunidos no Clube Militar também condenou a medida. Os políticos liberais apoiaram o Congresso e este aprovou um substitutivo ao projeto da LSN que, em 4 de abril de 1935, se converteu em lei. A Lei de Segurança Nacional definia os crimes contra a ordem política e social: as greves de funcionários públicos, a propaganda subversiva, a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social.

Enquanto se discutia as consequências da LSN para a sociedade brasileira, lançou-se a Aliança Libertadora Nacional, formada por comunistas e “tenentes” de esquerda. A ALN possuía orientação nacionalista: defendia o não pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo popular.

Seguindo as orientações do VII Congresso da Internacional Comunista, a ALN era o exemplo de uma frente popular “adaptada às características do mundo semicolonial”, agregando setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo. A entrada de Prestes para o PCB, em 1934, também facilitou a criação da ALN através de uma ampliação da

⁷ Foram transcritos dois Livros de Atas do sindicato, que vão desde sua fundação em 1934, até a década de 70. A pesquisa foi complementada através de entrevistas realizadas com professores sindicalizados na década de 1940 e 50.

composição social do partido para além da classe operária, tornado-o mais forte numericamente.⁸

De 1935 a 1937 o Estado Novo apenas aguardou o momento de se tornar uma realidade de fato, através da desmobilização das classes trabalhadoras pela violência, e da inserção na ordem corporativa.⁹ Acompanhando a movimentação nacional, foi feita grande propaganda na imprensa de Juiz de Fora sobre o “Estado de Guerra”, e o sindicato deixou de funcionar em assembléias gerais no ano de 1937, “por ordem de autoridades superiores”, porém sua diretoria se reuniu regularmente.¹⁰

Em meio a esta grande agitação política, o Sindicato dos Professores moveu sua primeira ação trabalhista contra a Academia de Comércio de Juiz de Fora, pois este estabelecimento de ensino demitiu sem justa causa um professor associado que ali lecionou por 16 anos. Em 3 de outubro de 1937, foi informado aos associados a sentença proferida pela Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho. A referida sentença foi favorável ao Sr. Arthur Henriques Maranhas, devendo a Academia de Comércio indenizar o professor com 8.131\$200 (oito contos cento e trinta e um mil e duzentos réis). Com a recusa do colégio em efetuar o pagamento, o Sindicato contratou um advogado de Belo Horizonte para resolver o caso.

Amparados pelas Leis Trabalhistas, os professores iniciaram um trabalho objetivando a divulgação de suas atividades junto ao sindicato. Foi o Dr. Benjamin Colucci, junto com o Sr. José Correa Barbosa, quem organizou as comissões com o intuito de informar aos diretores de colégios de “que não eram elementos subversivos, queriam apenas defender seus direitos”.

A existência da legislação trabalhista não garantia, por si só, a sua aplicação. Coube ao Estado a criação de mecanismos para fiscalizar o cumprimento das normas. Os sindicatos eram os principais responsáveis por fazer valer os Decretos do Governo. Seguiam-se então, as convenções coletivas de trabalho, legislações particulares, estabelecidas para determinadas profissões, regime de salários, horários, etc. Os órgãos de arbitragem vinham por último e detinham grande importância, sendo compostos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, que tratavam dos dissídios individuais, e pelas Comissões Mistas de Conciliação, responsáveis pela solução pacífica dos conflitos coletivos. Estes órgãos eram compostos por comissões paritárias

⁸ Toda a contextualização histórica do período, fundamentou-se em FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Editora da USP, 1996. 4ª edição.

⁹ VIANNA. op. cit. p. 203.

¹⁰ Livro de Atas nº 1, p.17.

de empregados e empregadores, indicados por seus respectivos sindicatos, presididas por uma pessoa alheia aos interesses de ambas as partes.¹¹

Os professores tinham dúvidas a respeito de quanto tempo deveriam esperar pelas decisões das Juntas de Conciliação, ou dos Juízes dos Feitos da Fazenda, no julgamento de processos trabalhistas. A situação do professor Maranhas, que ainda não havia recebido seus direitos, já se tornara insustentável:

Aos 24 de abril de 1938 (...) o Sr. Presidente explicou aos Srs. Associados o motivo da reunião do dia. Cifra-se ele em discutir a possibilidade de redigir um ofício ao Exmo. Sr. Dr. Oliveira Viana, DD. Consultor Jurídico dos Sindicatos, inquirindo-o sobre as seguintes questões:
1ª - Até quando precisam as associações de classe esperar as decisões das Juntas de Conciliação ou dos Juizes dos Feitos da Fazenda, no julgamento dos processos trabalhistas?
2ª - Se persistir uma situação insustentável como a do processo do Sr. Arthur Henriques Maranhas o que devemos fazer?
*Sobre este ponto falaram os Srs. Membros da Diretoria, ficando estabelecido que se fizesse o referido ofício com a brevidade possível.*¹²

Somente em fevereiro de 1940 (o processo havia sido movido em 1937), o professor Arthur Maranhas consegue receber da Academia de Comércio de Juiz de Fora o que lhe era devido. Segundo Luiz Werneck Vianna, após a forte desmobilização do movimento dos trabalhadores, iniciada em 1935, o sistema corporativista mobilizou a classe operária para o interior dos sindicatos. Desta forma, o Ministério do Trabalho passará a constituir-se em única fonte de reivindicação dos trabalhadores, e os sindicatos se tornarão instrumentos de mediação entre o trabalhador individual e o Estado, buscando o cumprimento da legislação por parte da empresa.¹³

Se a legislação trabalhista, para o enorme contingente de operários industriais, ainda sofria grandes dificuldades em ser aplicada, para a categoria dos professores não havia nenhuma lei específica que pudesse orienta-los nas relações patrão/empregado. Entretanto, utilizando-se da tutela estatal, via Ministério do Trabalho, conquistaram direitos que, até então, nem se pensava em ser estabelecidos.

Seguindo a linha dos estudos mais recentes,¹⁴ a historiografia quebrou a visão de “um sindicalismo burocrático de massas”, e o sindicalismo corporativista deixou de ser entendido como uma imposição do Estado ao movimento dos trabalhadores. Inseridos na arena política,

¹¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Corporativismo e Cálculo Político** O Processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1990.

¹² Livro de Atas nº 1, p. 19.

¹³ VIANNA, op. cit. p. 221-222.

¹⁴ FORTES, Alexandre. *Et alli. Na Luta por Direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

eles puderam conquistar um espaço de reivindicação perante o patronato, o que contribuiu para a formação de coletividades em busca de melhores condições de trabalho.

1940 – APRENDENDO A LUTAR POR SEUS DIREITOS

O movimento sindical dos anos 30 e 40 atuava em quatro áreas: a reivindicativa, responsável pela constituição de uma “cidadania operária”; a beneficente, composta pelos mecanismos de amparo ao trabalhador; a área de colocação no mercado de trabalho, através da intervenção coletiva dos trabalhadores; e a de formação de uma identidade coletiva, incutindo valores e princípios através dos quais os trabalhadores se autodefiniam enquanto grupo social, tais como a unidade e o classismo.¹⁵

A partir da década de 40, o movimento dos professores inicia um processo de fortalecimento, caminhando com o Governo e nos moldes do sindicalismo oficial. Em 20 de setembro de 1942, reunidos em assembléia geral, e com a presença de um capitão do exército, inaugurou-se no sindicato “o retrato do Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Getúlio Vargas”. A segunda finalidade da reunião era prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 4.637, de 31 de agosto de 1942.

Tratava-se da Lei de Mobilização para o Esforço de Guerra, e o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora organizou, com urgência, uma comissão para orientar os trabalhos em prol do esforço de guerra. Esta comissão teve como atividade inicial o envio de telegramas ao Presidente Getúlio Vargas e ao Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, para prestar-lhes solidariedade.¹⁶

A submissão à pauta político-ideológica do corporativismo colaboracionista começa a sofrer mudanças através da instituição da CLT, em 1943, e principalmente, do intercâmbio com o Sindicato de Professores do Rio de Janeiro. No início da década de 40, surgem as primeiras menções ao sindicato carioca, e as duas associações passam a participar de Congressos e reuniões nacionais.

Em julho de 1944, realizou-se uma reunião no Distrito Federal onde estiveram presentes os representantes do professorado do Rio de Janeiro, o Presidente Vargas, o Ministro do Trabalho Abgar Renault, e o Prof. Rezende, enviado pelo sindicato de Juiz de Fora como seu representante. Ao voltar do referido encontro, Rezende relatou aos companheiros os principais pontos debatidos, ressaltando a atitude solícita de Getúlio Vargas em atender aos anseios de

¹⁵ FORTES, Alexandre. op.cit .p. 31.

¹⁶ Livro de Atas nº 1, p. 40.

melhoria das condições do professor. De acordo com o relato, Vargas disse em palestra coletiva “estar ao lado dos professores, prometendo fazer o que for justo, depois de estudar o assunto”.

A partir desta reunião, solicitada pelos professores cariocas, as assembléias passam a apresentar um caráter mais dinâmico. Com vários apartes, os professores falam de “uma melhor remuneração em vista da situação atual”, e “que o professor é, em parte, culpado de sua situação, às vezes deprimente, por não querer lançar mão do direito que lhe assiste de reclamar, junto aos Inspetores, quando se julgar prejudicado”.¹⁷

Na comemoração dos 10 anos de fundação do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, em meio às festividades, o Presidente da associação do Rio de Janeiro, Sr. Wladimir Villard Digno, fez um discurso onde expressiu a necessidade de união e trabalho conjunto:

*(...) concitou a todos os professores a trabalharem, com todas as forças d'alma, afim de que o professor brasileiro consiga se colocar no lugar que merece. Falou das dificuldades, quase insuperáveis que surgirão contra nossa atuação, da oportunidade em se manterem ligados, amistosamente, o Sindicato de Juiz de Fora com o do Rio, propondo mesmo que se promova intercâmbio cultural por meio de conferências, palestras e visitas.*¹⁸

As conquistas iniciam-se através de um aumento na remuneração salarial dos professores conseguido junto ao Governo, que, segundo as palavras do Presidente do sindicato de Juiz de Fora se deveu ao “esforço insano do Sindicato do Rio, com o qual se unira o Sindicato de Juiz de Fora, em trabalho coordenado e que consistia em serem atendidas diversas pretensões dos professores”, incluindo o aumento da remuneração, enormemente defasado para o padrão de vida da época.¹⁹

1945-1950 A REPRESSÃO DO GOVERNO DUTRA

No ano de 1945 surgiram os três principais partidos existentes entre 1945-1964. A UDN, a antiga oposição liberal, reuniu-se em torno da candidatura de Eduardo Gomes. A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores nos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD). Finalmente, fundou-se o Partido

¹⁷ Livro de Atas nº1.p. 46.

¹⁸ Livro de Atas nº1.p. 49.

¹⁹ Livro de Atas nº1.p. 54.

Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração de Getúlio e do Ministério do Trabalho. Seu objetivo era reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

A vitória de Dutra surpreendeu a oposição com 55% dos votos, contra 35% atribuídos ao Brigadeiro Eduardo Gomes. Esta eleição mostrou a força da máquina eleitoral do PSD, originada entre outros fatores pelo prestígio de Vargas junto aos trabalhadores. A participação do movimento “queremista”, pró-Getúlio, foi fundamental neste período. Na cidade de Juiz de Fora o cineasta João Carriço, partidário do PTB, se juntava às fileiras queremistas. Carriço exibia seus documentários antes das sessões de cinema do Cine Popular, promovendo comícios neste mesmo local, tradicional ponto de encontro da classe operária da cidade.

Logo após as eleições, ocorreu a greve da Light do Rio de Janeiro, desencadeando uma série de movimentos grevistas em todo o país. Após anos de repressão os movimentos surgiam com força, os comunistas e o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), criado recentemente, não conseguiam controlar o movimento operário.

A política repressiva de Dutra encerrou rapidamente a onda grevista através do Decreto 9.070, onde qualquer greve podia ser considerada ilegal. Os sindicatos sofreram intervenção, os salários foram congelados sob o pretexto de se conter a inflação. Houve o rompimento das relações do Brasil com a União Soviética; o PCB, o MUT e a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros), foram colocados na ilegalidade. O combate ao comunismo era utilizado para quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrárias ao governo.

Em Juiz de Fora, o movimento sindical viveu um longo período de desmobilização, e quando, em 1945, os sindicatos voltaram a se mobilizar, o Governo Dutra tratou de fechá-los utilizando-se de forte repressão. Realizou ainda, intervenções em vários sindicatos do país, em seu último ano de governo mais de duzentos sindicatos estavam sob intervenção.

Os professores, que se reuniam em assembléias periodicamente, decidiram cessar as reuniões em 26/08/1945, retornando em 03/11/1950. Apesar de não terem sofrido nenhum tipo de ameaça, o temor trazido pela violenta repressão fez com que eles paralisassem suas atividades no período, acontecendo apenas duas assembléias.

1950 – A DÉCADA DAS CONQUISTAS

Ao assumir a Presidência da República em 1951, Vargas esperava compensar seu claro apartidarismo com mecanismos alternativos de participação política. Sua preocupação era

recuperar o trabalhismo e os sindicatos como instrumentos fundamentais para levar a frente sua proposta de governo, assentada na problemática social.²⁰

O trabalhismo transformou-se no único caminho para a solução dos problemas sociais do Brasil, constituindo-se para Vargas em meio e fim, através de bandeiras como a justiça e a harmonia entre as classes, visando a ampliação do bem-estar geral. O aumento da produtividade nacional passava a depender, principalmente, “de um relacionamento não conflituoso entre capital e trabalho”, sendo fundamental a manutenção da estabilidade política e social.

Vargas defendia a participação dos trabalhadores nos sindicatos para reivindicarem seus interesses, entretanto não questionava os limites que a estrutura corporativa sindical apresentava. Os sindicatos eram vistos como um órgão utilizado por empregados e empregadores para buscar consenso, sem radicalizações, um receptor de questões mais imediatas como a luta por melhores salários. As questões políticas ficavam restritas ao “jogo político do poder”.²¹

A liberdade sindical, deste modo, limitava-se ao direito do trabalhador de se ver representado por seu sindicato, sem apontar para uma autonomia sindical. Os sindicatos continuavam condicionados ao Ministério do Trabalho e aos mecanismos eleitorais que o mesmo estabelecia para a escolha de dirigentes. Questionar os limites da estrutura sindical significava também questionar a elaboração da organização estatal, que o próprio Vargas ajudara a criar.

Os problemas decorrentes do alto custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. Entre elas a greve geral de março em São Paulo e a greve dos marítimos, no Rio de Janeiro, Santos e Belém, no mês de junho. Os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 60%, mas o conteúdo principal assumido pelo movimento foi o desafio à aplicação do Decreto 9070. Mesmo quando a greve passou a ser ilegal, com base no referido decreto, a paralisação prosseguiu, estendendo-se por 24 dias.

Em Juiz de Fora, os professores encontravam-se extremamente insatisfeitos com as medidas tomadas pelo Governo, principalmente com a Portaria 522, que regulamentava o salário mínimo da categoria em 1952. Os professores do Rio de Janeiro estavam em mobilização constante, lutando pela revogação da mesma, aguardando uma resposta às reivindicações. A nível estadual, a situação também não estava favorável, já que o Governo de

²⁰ D'ARAUJO. Maria Celina Soares **O Segundo Governo Vargas 1951-1954**. São Paulo, Editora Ática. 1992. p. 97.

²¹ D'ARAUJO. op. cit. p. 99.

Minas estava modificando a lei que regulamentava a aposentadoria dos professores do ensino primário, aumentando o tempo de serviço de 25 para 30 anos.

É interessante observar que, diante da insatisfação com a política governamental, a qual, segundo o Prof. Raymundo Mattos “prejudicava os trabalhadores”, o sindicato adotou postura semelhante a dos professores cariocas, externando seu descontentamento através de ofícios, e ainda convidando jornalistas para assistirem às assembléias. Logo, surgiu uma declaração de solidariedade ao movimento dos professores de Juiz de Fora, assinada por vários sindicatos da cidade: Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, da Construção Civil, dos Alfaiates e Costureiras, da Indústria de Calçados, dos Barbeiros, entre outros.²²

Sindicalizado na década de 50, lecionando na Academia de Comércio de Juiz de Fora, o Prof. José Xavier Figueiredo disse em entrevista que:

*Existia um intercâmbio com os diretores de colégio, que eram poucos, e o sindicato procurava manter contato permanente com os diretores devido à necessidade de atender aos anseios, aos ideais dos professores. Ocorriam muitas discussões visando a manutenção de um ensino bom, de qualidade, com muita responsabilidade. Os diretores procuravam-nos para uma espécie de assessoria sobre os direitos dos professores, sobre o estudo da legislação a respeito de pagamentos, e de direitos que envolvem a relação patrão/empregado.*²³

Entretanto, as atas das assembléias revelam embates bastante conflituosos entre professores e diretores, mostrando a recusa destes últimos em aceitarem o cumprimento da legislação trabalhista em vigor. Alegando dificuldades financeiras, os diretores procuravam burlar a aplicação da lei, apelando várias vezes para a importância do papel do educador perante a sociedade.

O ano de 1954 marca o início da luta dos professores em prol da vigência da Portaria 204, que regia o funcionamento das escolas em todo o Brasil. Segundo o Prof. José Xavier Figueiredo: “Em função da 204, as aulas iniciavam em 1º de março, indo até o dia 30 de junho, e voltando no dia 1º de agosto, a portaria regulamentava tudo com todos os detalhes: feriados nacionais, remuneração, férias, etc.”

Unidos ao sindicato do Rio de Janeiro, os professores sindicalizados de Juiz de Fora organizaram comissões para fiscalizar cada colégio, mandando ofícios àqueles que não cumpriam a legislação, realizando reuniões permanentes com os diretores para exigirem seus direitos. Os contatos com o sindicato carioca aconteciam por intermédio do Sr. Barreto,

²² Livro de Atas nº 1 .p. 162-163.

²³ Entrevista realizada em agosto de 2004, disponível em CD.

Presidente da Federação dos Sindicatos da categoria, Barreto era comunista, e segundo o Prof. Xavier “muito entusiasta e lutador”.

Em fevereiro de 1954, Getúlio reformulou novamente seu Ministério. João Goulart foi substituído na pasta do Trabalho, mas antes apresentou a proposta de aumento do salário mínimo em 100%. Deixava o cargo com a imagem de um Ministro que saía por tentar conceder benefícios aos trabalhadores.

Seu nome estava vinculado a um suposto plano para a criação de uma “República Sindicalista”, o que foi reforçado por João Neves, ex-ministro das relações exteriores. Neves acusou Getúlio e Jango de terem assinado um acordo secreto com a Argentina e o Chile, objetivando impedir a presença americana no Cone Sul do continente. A suposta aliança com a Argentina de Perón foi vista como mais um passo na instalação da “República Sindicalista”.

1959 – A PRIMEIRA GREVE

Os anos de JK foram de estabilidade política, pelo menos se comparados ao período de Vargas. Foram anos de otimismo, marcados por altos índices de crescimento econômico, e pela construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” tiveram grande influência sobre a população. O movimento operário e a organização sindical passaram por mudanças neste período, mudanças que iriam se revelar durante o governo de João Goulart.

Desde 1955, os professores de Juiz de Fora decidiram criar a “Casa do Professor”, temendo que o sindicato fosse “tomado pela República Sindicalista”. Aos poucos, todo o patrimônio da associação, bem como as atividades sindicais, foram transferidas para a referida casa, esvaziando-se o sindicato.²⁴ Este comportamento pode ser explicado pelo crescimento significativo do movimento sindical no país, aliado ao medo, que sempre acompanhou os professores, de serem “rotulados de comunistas”.²⁵ Num primeiro momento, a orientação comunista dos companheiros cariocas não impediu a aproximação com os professores de Juiz de Fora. Mas, após a intensificação das mobilizações dos trabalhadores, e os rumores de uma “República Sindicalista”, o sindicato decide romper sua parceria com o Rio de Janeiro.

No mês de outubro de 1956 os professores do Rio entraram em greve, manifestando a necessidade da participação de Juiz de Fora no movimento grevista. Mas devido a um acordo

²⁴ Livro de Atas nº 1.p. 88.

²⁵ Em todas as entrevistas, os professores faziam questão de deixar claro que nunca tiveram nenhum tipo de ligação com o movimento comunista. É citado o nome do Prof. Irineu Guimarães como sendo o único sindicalizado de orientação comunista, mas ressalta-se “sua boa índole, comportamento exemplar, e respeito às opiniões dos companheiros”. Professor do Instituto Granbery da Igreja Metodista, quando se aposentou, mudou-se para um sítio e montou uma casa para atender meninos pobres, onde morou até sua morte.

estabelecido com os diretores dos colégios da cidade, os professores não puderam aderir à greve, enviando apenas um ofício solidarizando-se com os companheiros cariocas.²⁶

Porém, os acordos estavam com seus dias contados, pois o número de professores sindicalizados crescia, iniciando um processo de renovação no sindicato de Juiz de Fora. De acordo com o Prof. Xavier, os novos associados “possuíam uma postura mais radical, com disposição para o embate com os patrões”, e estes se encontravam cada vez mais resistentes às propostas dos professores.

A postura dos diretores de colégios, aliada à conjuntura inflacionária do governo JK, criou um distanciamento entre os professores e a sociedade patronal, que culminou em uma série de dissídios não cumpridos, que durariam até a greve de 1959. Neste ano ocorreu a primeira greve do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, durante a gestão do Prof. José Xavier. Este afirmou que “o movimento só ocorreu devido a grande carestia e ao alto custo de vida, que dificultavam muito a situação dos professores, como também devido ao não cumprimento do acordo estabelecido com os diretores”, estopim para o início da greve no dia 15 de março.

Durante o período da paralisação, que durou 14 dias, o sindicato manteve-se em assembléia permanente, vários diretores tentaram buscar consenso, pedindo que os professores voltassem às aulas “em benefício dos alunos”. Por parte dos professores, existia a preocupação com a legalidade do movimento para se evitar futuras represálias aos grevistas, na forma de sanções e descontos. Existiram ainda aqueles que furaram a greve, sendo denominados de “traíras” e colocados em uma “lista negra”, organizada pelo movimento.

Em assembléia realizada no dia 17, o Reitor do Colégio Granbery enviou um ofício pedindo aos professores do Internato que voltassem as aulas, “em vista da dificuldade em que se acha o colégio para manter ocupados os alunos”. A Sr.^a Zilda, professora do Granbery há 31 anos, disse “que amando aquele educandário com todas as forças de sua alma, tendo trabalhado sem uma única falta, declarava publicamente votar contra a pretensão do colégio, para não furar a greve”.

No dia 19 de março, foi comunicado em assembléia, o decreto do Governo que determinava o fim da greve no Rio de Janeiro. Entretanto, tal decreto não favorecia em nada o caso de Juiz de Fora. O Prof. Lamas relatou, por telefone, sua conversa com o Dr. Gildásio Amado, Sr. Diretor da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário, dizendo que o mesmo “havia se surpreendido ao saber da existência de um Sindicato de Professores em Juiz de Fora, que não viria a cidade nenhum representante do Ministério e que voltássemos as aulas”.

²⁶ Livro de Atas nº 2 . p. 1.

Os professores continuaram firmes no movimento grevista, buscando melhores propostas dos diretores de colégios. Seus salários encontravam-se sem reajuste desde de 1956, e muitos recebiam salários abaixo daqueles que eram acordados. Após uma semana de paralisação, estando teoricamente resolvido o caso da greve em todo o Brasil, pela assinatura do Decreto presidencial 9070, os diretores decidiram enviar um ofício ao sindicato apresentado suas reivindicações.

Eles ofereciam 30% de aumento, com a condição dos professores se apresentarem ao trabalho no próximo dia 30, condicionando melhorias posteriores à aprovação de suas tabelas pelo Ministério da Educação. O item d do referido ofício continha ameaças veladas aos que não comparecessem as aulas, taxando a greve de ilegal. Houve em todos os membros da assembléia uma repulsa geral aos termos utilizados, e diversos professores caracterizaram em termos violentos os dizeres contidos no documento.

Entre algumas condenações formais à linguagem grosseira dos patrões, registrou-se a do colega Helyon de Oliveira: “Insinuavam, até agora, concordar com a greve, porque ela lhes era favorável; agora, que nos batemos por um salário digno, é a greve taxada de ilegal. Não era assim que pensavam antes”. E o Prof. Vilas Bouçadas acrescentou: “O próprio Governo compactuou com a greve, dando-lhe mesmo seu apoio, já que ofereceu recursos aos Colégios, para que esses pagassem aos professores”.

Foi aprovada pela assembléia a seguinte resposta: “Em atenção ao seu ofício de 24/03/1959, cumpre-nos informá-los de que, conforme deliberação da assembléia geral permanente dos professores do Ensino Médio, o Sindicato dos Professores, por não consultar aos seus interesses, recusa aceitar a proposta nele formulada”.

A partir do acordo firmado pelos professores do Rio de Janeiro, buscou-se uma definição, propondo-se um adendo fundamental: “Nenhuma punição será aplicada ao professor por ter tomado parte na greve”. Depois de várias reuniões e discussões, para análise das propostas de ambas as partes, a greve chegou ao fim no dia 29 de março, sendo vitoriosa para os professores de Juiz de Fora.

Em assembléia, o Prof. Hélio Pigozzo apresentou um voto de pesar contra a atitude do professor José Francisco Simões que declarou “não ter tomado parte na greve, por ser a mesma ilegal e baseada em princípios comunistas”. Merecem destaque as palavras do Prof. Xavier:

(...) Vezes sem conta tem sido necessário mandar o livro de presenças à casa do professor, pedir uma assinatura que acaba sendo negada. Dificuldades para se fazer uma eleição, obstáculos de toda espécie, e, principalmente, a ação nefasta daqueles que nada disso sabem e, nas rodinhas da rua Halfeld,

*criticam, criticam sempre, no afã de fazer ruir de uma vez, o pouco que ainda resta de uma associação de classe que acaba de provar, aos olhos de todos, com a deflagração dessa greve, a força de que é possuidora, quando todos os seus membros se mantêm unidos em torno dela. (...) Não temos sede, porque nos faltam recursos para mantê-la; faltam-nos recursos, porque a maioria dos professores não paga as suas mensalidades. Essa é a realidade. O mais é demagogia.*²⁷

Ângela de Castro Gomes, em “A Invenção do Trabalhismo”, ressalta a concepção de cidadania vinculada a sindicalização dos trabalhadores. Estes deviam se sindicalizar, conhecer seus direitos, reivindicá-los por meio de sindicatos e líderes atuantes. Desta forma, sentiam-se participantes das decisões políticas, manifestando gratidão ao governo.²⁸

Fernando Teixeira destaca que, o sindicalismo de viés trabalhista foi sem dúvida, um instrumento eficaz para exprimir e materializar a representação jurídico-política do “poder central”, transformando-se em um meio, através do qual, dirigentes e comissões de trabalhadores podiam entrar em contato direto com as autoridades.²⁹ As relações amistosas, pessoais, faziam parte de uma “estratégia populista”, colocando a autoridade próxima ao povo.

Entretanto, esta lógica paternalista não significou uma paralisia dos conflitos sociais, ou seja, “uma hegemonia dos empresários”. Os trabalhadores estavam conscientes de seus direitos, assumindo um papel ativo nos rumos políticos do país. Os professores de Juiz de Fora possuíam capacidade de mobilização, poder de barganha, e potencial grevista, como mostraram através da greve de 1959. Isto não se deveu apenas às licenças paternalistas do Governo, mas sim ao desenvolvimento de uma cultura de solidariedade gerada em meio às lutas por melhores salários.

As reivindicações imediatas, podem ter sido uma motivação inicial para que atuassem como uma classe combativa. Porém, no decorrer do processo de enfrentamento com o patronato, estreitou-se a convivência, ampliando-se a comunhão de ideais e objetivos, ultrapassando o aspecto meramente econômico do movimento.

Unido em torno de um objetivo comum, o sindicato de professores de Juiz de Fora soube lutar, e, aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo sindicalismo corporativo, demonstrou força e organização. Se os estudos de casos regionais têm contribuído para uma revisão da literatura sobre o tema, a trajetória deste movimento pode auxiliar para que novos debates sejam colocados em pauta, colaborando para uma ampliação do campo de estudos da história dos trabalhadores no Brasil.

²⁷ Livro de Atas nº 2. p. 26.

²⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/ IUPERJ, 1998.

²⁹ TEIXEIRA, Fernando. **Direitos, Política e Trabalho no Porto de Santos**, in FORTES. op. cit. p. 62.